

O CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Intermediary consumption in agriculture: a comparison between family and non-family farming in Brazil and the South and Northeast Regions

Marcelo Antonio Conterato

Doutor em Desenvolvimento Rural, professor do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais (DERI) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador Titular do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD)*. Av. João Pessoa, 31, Centro, Porto Alegre/RS. CEP: 90.040-000. marcelo.conterato@ufrgs.br.

Sérgio Schneider

Doutor em Sociologia, professor do PGDR e PPGS da UFRGS. Coordenador Adjunto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD). Presidente da SOBER (2011-2013)*. schneide@ufrgs.br.

Luciana Lobo Fernandes

Administrador pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), especialização em Controladoria pela Anhanguera Educacional e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados - PPGOM/UFPEL. R. Gomes Carneiro nº 1, 4º andar, Pelotas/RS, CEP: 96001-970. lulobopel@hotmail.com.

Paulo José Libardoni

Advogado e Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Doutorando (2012) do PPGS/UFRGS. Av. Bento Gonçalves, 9.500, Sala 103, IFCH, Campus do Vale, Porto Alegre/RS. CEP: 91509-900. libardoniadv@hotmail.com.

Resumo: o objetivo deste trabalho foi identificar o conjunto de despesas que forma os custos de manutenção e custeio das atividades agropecuárias, agrupar aquelas que compõem o consumo intermediário e identificar o impacto deste em relação ao valor total da produção agropecuária. Constatou-se que o consumo intermediário representa, em termos médios brasileiros, praticamente 55,0 % do valor total da produção agropecuária não familiar e quase 30,0% da familiar. Se somarmos as despesas que não se enquadram no conceito de consumo intermediário, tais como arrendamentos, salários, armazenamento e transporte, entre outras de menor monta, os percentuais são ainda maiores. Em termos regionais, os dados indicaram que o consumo intermediário na agricultura não familiar da Região Sul representa 51,7% do valor total da produção agropecuária, percentual que se reduz a 34,7% para o universo da agricultura familiar. Na Região Nordeste, o impacto é diferenciado. Nesta, o consumo intermediário representa 57,3% do valor total da produção na agricultura não familiar e 16,5% na agricultura familiar, indicando diferenças significativas tanto em termos geográficos quanto na comparação entre agricultura familiar e não familiar.

Palavras chave: consumo intermediário, agricultura familiar, agricultura não familiar, região Sul, região Nordeste

Abstract: the objective of this research was to identify the set of costs that maintenance and funding of agricultural activities and group those that make up the intermediate consumption and identify its impact on the total value of agricultural production. It was found that intermediate consumption is on average Brazilians, almost 55.0% of the total value of agricultural production not family and almost 30.0% of the family. If you add up the expenses that do not fit the concept of intermediate consumption, such as rent, salaries, storage, transportation and others of minor percentages are even higher. In regional terms, the data indicated that the intermediate consumption in agriculture not family in the southern region represents 51.7% of the total value of agricultural production, and this percentage is reduced to 34.7% for the universe of family farming. In the Northeast, the impact is different. In this region, the intermediate consumption represents 57.3% of total agricultural production not family and 16.5% in family farming, there are significant differences both in geographical terms and in comparison between family farming not family.

Keywords: intermediary consumption, family farming, non-family farming, South region, Northeast region.

1 Introdução

A formação histórica brasileira tratou de instituir uma estrutura agrária marcada pela dualidade. Não é recente, portanto, a constatação da coexistência de grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários, visto que ambos são produtos das distintas formas encontradas pelo Brasil, quer seja enquanto colônia, império ou república, de ocupação territorial, avanço e consolidação de suas fronteiras e inserção nos circuitos mercantis mundiais. Esta dualidade agrária e fundiária (GUIMARÃES, 1963; GRAZIANO DA SILVA, 1978; GONÇALVES NETO, 1997), e também em termos monetários (ABRAMOVAY, 2000), já foi tratada pela literatura e não cabe no escopo deste trabalho resgatar este acúmulo.

O dualismo na estrutura agrária influenciou o surgimento de categorias sociais “específicas” que foram identificadas e caracterizadas à luz das ferramentas metodológicas e perspectivas teóricas hegemônicas em cada período histórico. Se, até meados da década de 1980 e início da década de 1990, havia um forte apelo político e acadêmico pelo dualismo no debate acerca da agricultura brasileira, manifestado pela contradição entre agricultor tradicional e agricultor moderno, entre produção de subsistência e produção para o mercado ou mesmo entre pequeno produtor/pequena produção e grande produtor/grande produção, apenas mais recentemente (década de 1990) estas categorias foram tipificadas mais apropriadamente, embora a perspectiva dualista e o maniqueísmo ainda estejam presentes. Há um conjunto de esforços recentes que buscam qualificar o que já se conhece em relação a agricultura brasileira e suas manifestações regionais.

Neste sentido, este trabalho nasce de uma iniciativa da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA) com o objetivo de estimular pesquisadores e grupos de pesquisa, tendo como propósito realizar análises e estudos sobre os dados do novo Censo Agropecuário. Neste quadro, estabeleceu-se um acordo de cooperação técnica entre o IPEA e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), intitulado Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006. Sob o manto deste acordo de cooperação figuraram vários subprojetos, dentre os quais está “O impacto do consumo intermediário na agricultura: uma análise para Brasil e regiões Sul e Nordeste”. Neste trabalho, expomos os principais resultados deste subprojeto, incluindo, além das re-

giões Sul e Nordeste, os dados agregados para o Brasil.

O objetivo central recai sobre o esforço em identificar o grau de externalização dos agricultores em relação aos mercados de produtos e serviços necessários para a efetivação dos processos produtivos no interior dos estabelecimentos agropecuários. Genericamente, isso significa investigar o quanto a aquisição de insumos, produtos e serviços impacta em termos de gastos ao longo do ano, neste caso o ano 2006. Na prática, representa e expressa tudo aquilo que os agricultores não possuem e o quanto necessitam despende recursos financeiros para adquirir, como é o caso das sementes, adubos e fertilizantes, entre outros insumos necessários e que se transformam em outros produtos (por isso são intermediários e não considerados bens ou produtos finais). Em termos quantitativos, este processo pode ser identificado de duas maneiras: uma delas é quantificar os gastos dos agricultores na aquisição de bens e serviços e a outra forma é quantificar o quanto estes gastos representam do valor total da produção agropecuária, neste caso dando uma dimensão quantitativa ao grau de externalização, na medida em que permite identificar o volume de recursos gastos pelos agricultores ao longo do ano, quer seja agricultura familiar ou não familiar.

Este trabalho trata da análise de um conjunto de dados a respeito das despesas e seus impactos na agricultura familiar e não familiar, tomando o Brasil e regiões Sul e Nordeste como recortes para agregação dos dados. Toda análise comparativa requer cuidado especial. No caso desta pesquisa, a comparação se deu sempre com base em dois critérios: unidades geográficas de agregação dos dados (Brasil, Sul e Nordeste) e entre categorias (agricultura familiar e não familiar). Neste caso, a opção sempre foi comparar níveis de agregação e categorias, e não variáveis ou indicadores. Tomando estes critérios como parâmetros, foi possível contemplar satisfatoriamente os objetivos traçados. Neste intento, foi possível não apenas avançar no nível de conhecimento da agricultura brasileira, sulista e nordestina, mas também em termos de categorias de agricultores.

Não se sabe ao certo qual a participação dos gastos com custeio e manutenção que o agricultor tem ao longo do ano no estabelecimento agropecuário em relação ao valor da produção. No entanto, as informações dão conta de que os custos de produção têm crescido consideravelmente nos últimos anos. Da mesma forma que o formato ou padrão tecnológico, que identifica o nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, o montante de gas-

tos com manutenção e custeio do estabelecimento caracteriza uma das mais importantes dimensões da agricultura, independente da sua localização e se é familiar ou não familiar. No entanto, é fundamental reter que a intensidade e o formato com que a agricultura se vincula aos mercados de produtos, serviços e insumos agropecuários possuem relação estreita e de grande capacidade explicativa do próprio sucesso – ou insucesso – em termos de rendimento e remuneração dos ativos agrícolas.

Uma das saídas, o aumento dos índices de produtividade não tem se demonstrado suficiente para absorver o impacto do aumento dos custos de produção, caracterizando um verdadeiro *squeeze* (aperto, estrangulamento) da rentabilidade da agricultura, efeito captado por uma série de estudos e pesquisas tanto em nível de Brasil quanto em outros países. Isso reforça e explicita uma das principais facetas da agricultura brasileira: altamente dependente de insumos externos. A proposta deste trabalho se inscreve justamente na perspectiva de quantificar e qualificar a intensidade e o formato deste processo, através de um conjunto de variáveis que compõe o que a literatura denomina de consumo intermediário, e também outras variáveis que informam sobre os custos de manutenção de custeio dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo Agropecuário 2006, embora não haja consenso a respeito deste conceito.

A escolha das regiões Sul e Nordeste se deu basicamente pelo fato destas regiões concentram número muito expressivo de estabelecimentos agropecuários e das disparidades sociais e econômicas já consagradas na literatura, seja em termos de dinâmicas mais amplas, de desenvolvimento ou de dinâmicas especificamente relacionadas ao desenvolvimento. Esta escolha, quando vinculada aos recortes entre agricultura familiar e não familiar, permite captar características importantes dos estabelecimentos e dos agricultores destas distintas regiões.

Demonstrada a importância do assunto, este estudo pretende avaliar os impactos do consumo intermediário para agricultores familiares e não familiares nas Regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. Para tanto, objetiva-se caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que sinalizem a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa. Na realização da pesquisa, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006.

2 A mercantilização do rural brasileiro

A mercantilização é um fenômeno distintamente reconhecido por aqueles que se dedicam ao estudo das transformações pelas quais passam as populações nas diversas esferas de organização da vida em sociedade. Não obstante a importância do fenômeno, o termo mercantilização muitas vezes é utilizado sem ressalvas, com a pretensão de explicar considerável (senão toda) parcela das transformações do capitalismo contemporâneo. Contudo, o fato é que, embora remeta aos clássicos da sociologia, notadamente a Marx, apenas recentemente o processo de mercantilização passou a ser estudado com mais profundidade, revelando, por um lado, as controvérsias de sua definição e, por outro, as dimensões e os limites deste processo. No Brasil podem ser citados os trabalhos de Graziano da Silva (1996) e Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1997) como os pioneiros na introdução deste debate nos estudos rurais, trazendo substanciais dados que atestavam as transformações no mundo do trabalho das pessoas residentes no meio rural, bem como as mais distintas formas de uso do rural.

No quadro mais amplo, especialmente em relação à literatura internacional, o surgimento desta discussão foi, antes de tudo, uma crítica à perspectiva da *commercialization*, que tinha como principal expoente Theodor Schultz. Schultz (1964) afirma que o problema do desenvolvimento capitalista na agricultura estava associado aos entraves à completa racionalidade por parte do agricultor no uso dos fatores de produção e, conseqüentemente, à sua dificuldade de inserção nos mercados (a qual é medida pela quantidade de produção comercializada *vis-à-vis* o volume total produzido). Acusada de dar ênfase excessiva à teoria e de ter uma visão linear do desenvolvimento e da agricultura, a “teoria da comercialização” viu, então, emergir ao seu lado a perspectiva da *commoditization* a partir de um conjunto de autores preocupados em superar o impasse marxista sobre a permanência das formas familiares de produção.

É, sobretudo, nas análises de Jan Douwe van der Ploeg que o tema da mercantilização da agricultura recebe um lugar de destaque. Inicialmente, ele surge associado às mudanças nas relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares (PLOEG, 1990, 1992). Nesta época, o autor retoma a definição marxiana, focalizando os microprocessos aí enraizados para, então, sugerir a existência de distintos “graus de mercantilização”. Estes são operacionalizados pelo cálculo da proporção entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis

e os valores de uso reproduzidos no ciclo de produção anterior interno à unidade agrícola, de modo similar à perspectiva mais convencional do conceito de mercantilização.

Nestes termos, Ploeg (1992) demonstra que o processo de produção agrícola se dá pela mobilização de recursos adquiridos no mercado e recursos (re)produzidos internamente, sendo que a intensidade das trocas depende da capacidade de mobilização dos referidos recursos. Isso implica a existência de graus de mercantilização que refletem o nível em que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção agrícola, não sendo, no entanto, passíveis de generalização para todas as atividades agrícolas no espaço e no tempo. No entanto, é importante ter claro que não há nenhum tipo de determinismo no que diz respeito à passagem de uma condição à outra – de total autonomia para total dependência, por exemplo – mas que os vínculos mercantis podem ser múltiplos e ter, também, reflexos distintos em termos de práticas, estratégias e estilos de agricultura.

O resultado final deste processo é a separação do controle da unidade de produção dos próprios agricultores, fazendo com que a gestão fique sob a direção de um sistema de relações técnico-administrativas coordenadas exogenamente. Da mesma forma, também ocorre uma alteração substancial dos parâmetros sobre os quais os agricultores planejam e executam suas estratégias e uma transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1985).

Ploeg (2010) chama a atenção para a nova dinâmica imposta ao campo e alerta para o fato de que, ao invés de autonomia, existe agora uma densa e ampla rede de relações de dependência que incide tanto sobre o acesso aos insumos quanto sobre o escoamento da produção. Nesse novo cenário, se antes os produtores conseguiam organizar e desenvolver a produção de insumos dentro da própria unidade produtiva, com a criação dos modernos “pacotes tecnológicos” advindos do processo de modernização do campo e que potencializam a produtividade, esses agricultores passam a absorver mais insumos industrializados na produção e, assim, externalizam partes desse processo produtivo, à medida que deixam de realizar determinadas atividades que compõem etapas da produção, transferindo-as a agentes externos. Esse contexto é um nítido reflexo dos processos de modernização e industrialização do espaço rural (ARAÚJO; SCHUH, 1975; ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

Se por um lado a modernização é entendida como a mudança nas bases técnicas da produção agrícola, trazendo a mecanização para o contexto dos sistemas produtivos, e transformando o modelo de produção artesanal dos camponeses em um modelo produtivista, a industrialização envolve a ideia de que a agricultura está se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, que compra insumos e produz matérias-primas para outros setores da economia (PAIVA, 1971; KAGEYAMA, 1990).

Esse estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados é denominado de mercantilização e esse fenômeno ocorre, basicamente, em paralelo com as seguintes situações: a) o desaparecimento de uma parcela de autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos econômicos dos agricultores e b) no fortalecimento das relações de trocas em detrimento da reciprocidade familiar (CONTERATO, 2008). A mercantilização dos espaços rurais assume, nesse âmbito, sua máxima expressão, na qual se percebe a transformação das relações sociais acompanhada de uma intensa busca pela ampliação do nível de ingresso econômico familiar, imposta pelos mercados econômicos e caracterizada, nesse caso, pela especialização produtiva e o incremento da produtividade dos fatores de produção.

Neste cenário, a característica mais marcante do campo é a decadência do “complexo rural” e a formação do “complexo agroindustrial” (CAI) que representa a nova forma de organização da atividade agrícola depois da sua modernização e industrialização. O CAI é um conjunto de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e que exigem a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos. (KAGEYAMA, 1990). A agricultura passa a ser inter-relacionada com outras atividades, estabelecendo vínculos diretos com a indústria. Segundo Graziano da Silva (1996), nos CAIs completos, a agricultura está ligada diretamente com a indústria a montante e a jusante, ou seja, relaciona-se com os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos e com as agroindústrias processadoras dos seus produtos. Este processo envolveu a substituição de uma economia natural por atividades agrícolas ligadas à indústria nas quais, como em qualquer atividade econômica, a necessidade do lucro é paralela à necessidade do aumento da produtividade.

A estrutura verticalizada que indica o funcionamento das cadeias produtivas no setor agropecuário é marcada por complexas relações de hierar-

quia e poder. Nesse sentido, o tipo de participação no mercado que cada “modelo” de agricultura em cada região do País consegue obter é bastante distinto, o que acaba por definir níveis distintos de autonomia e dependência. Isso pode ocorrer no interior de uma mesma categoria, seja familiar ou não familiar. Neste sentido, como nem toda agricultura familiar é integrada às cadeias agroindustriais, as situações de subordinação e autonomia também diferem. A montante, esse processo pode se manifestar pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais. A jusante, por meio da integração a cadeias mercantis dominadas por grandes empresas dos setores de processamento e distribuição. Essas duas formas de subjugação a conglomerados empresariais se refletem em altos custos de produção, o que acreditamos ter importante poder explicativo dos altos gastos com consumo intermediário da agricultura familiar na Região Sul do País.

Abramovay (1999) e Abreu (2005) consideram que uma das formas dos pequenos agricultores familiares se incluírem nas cadeias produtivas é por meio de cooperativas, que facilitam o acesso dessa categoria ao crédito financeiro e promovem a integração desses produtores com os mercados, tanto na etapa de aquisição de insumos produtivos como na venda da produção. Nesse caso, o sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de produtores, geralmente com uma base cultural comum, envolvidos com atividades agropecuárias específicas. Este grupo se reúne sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, voltado especialmente para ganhos de escala e de poder perante fornecedores e clientes. Este autor acredita que o cooperativismo, principalmente o agropecuário, pode ser a solução para muitos dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, visto que sofrem constantemente com as dificuldades para sobreviver perante a crescente globalização econômica. Serve como papel de horizontalização e verticalização da produção (como exemplo pode-se citar a compra de insumos diretos de fábricas e em maiores quantidades, gerando custos menores), conforme Ilha (2006). Enquanto os sistemas cooperativistas têm uma dinâmica que os distingue da agroindústria privada, na medida em que estão enraizadas nos recursos de uma região específica e a sua “razão de ser” é a valorização da produção de seus membros, para a agroindústria privada a produção agrícola é simplesmente um insumo a ser obtido sob as condições mais favoráveis possíveis, mesmo que isto signifique mudança de investimentos para fora da região ou a importação de produtos de outros lugares e países (WILKINSON, 1997).

Concomitantemente ao surgimento e adesão dos agricultores às cooperativas, ocorre também uma integração maior dessa categoria aos mercados agroindustriais, à medida que o vínculo que os agricultores passam a ter com as cooperativas possibilita que elas tenham certo grau de controle sobre o processo produtivo dos agricultores, muitas vezes implicando: a) maior rigor em relação à aplicação das recomendações técnicas a serem seguidas, b) acompanhamento mais rígido do tempo de produção e das metas a serem alcançadas e um engessamento crescente dos custos fixos de produção, o que sempre acaba afetando a margem de lucro do produtor e c) dependência das cooperativas para a aquisição de insumos e de crédito (SCHNEIDER, 2006). Nota-se, ainda, que alguns sistemas agroindustriais brasileiros se beneficiam duas vezes com os associados: primeiro porque delega a ele a função de fornecedor de matérias-primas para a transformação na indústria e, depois, porque vende insumos para esses agricultores produzirem, tais como fertilizantes, rações, defensivos agrícolas, etc. (WILKINSON, 1997). Em seu conjunto, tais aspectos oferecem importantes elementos na definição de um quadro de vinculação institucional e produtiva extremamente verticalizada, revelando um quadro muito claro de baixíssima margem de manobra por parte dos agricultores no ordenamento e condução de suas práticas produtivas.

3 O squeeze da agricultura

O aumento da produtividade na agropecuária brasileira é um fato constatado tanto pelos índices de Produtividade Total e Parcial dos Fatores de Produção como pelos recordes das safras agrícolas brasileiras observados nos últimos tempos (DIAS; AMARAL, 2000). Uma vez que este objetivo foi conquistado, seria de se esperar que se alterasse, também, a situação financeira dos agricultores (DIAS, 2009). Entretanto, duas situações puderam ser evidenciadas: a queda dos preços agrícolas, que pode ser justificada pelo aumento da produtividade, e o aumento considerável da participação das despesas dos agricultores para produzir, em função do aumento intensivo do uso de produtos classificados como consumo intermediário (BRANDÃO et al., 2005).

Esta segunda situação, pode ser evidenciada quando tomamos de empréstimo informações acerca das fontes de crescimento da agricultura brasileira, na medida em que isso se materializou em taxas expressivas de crescimento nos índices de produtividade dos fatores de produção, o que foi largamente estimulado pela incorporação de um pacote tecnológico altamente indutor de práticas e inova-

ções exógenas ao estabelecimento agropecuário. Desta forma, Gasques et al. (2010) detalham que as áreas de terras cultivadas ao longo do período 1975 a 2009 passaram de 209 milhões de hectares (lavouras e pastagens) para 219 milhões de hectares. A participação desse fato no custo total, que era de 38,3% no início do período, passou para 36,2%. Isto significa que a terra continua sendo um importante componente nos custos da agricultura. A mão de obra, cujo pessoal ocupado era de 14,3 milhões de pessoas, passou para 12,0 milhões em 2009. Sua redução no custo foi expressiva, passando de 55,0% do custo de produção para 39,0% do início do período até 2009. Por fim, máquinas agrícolas automotrizes, cuja participação nos custos dobrou no período, passaram de 4,2% do custo para 8,8%.

A Tabela 1 contribui com o entendimento sobre os fatores do aumento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) da agricultura brasileira ao apresentar os índices das fontes de crescimento do produto agropecuário por período. Assim, em média, no período de 1975 a 2010, o produto cresceu 3,74% ao ano, conforme se observa na Tabela 1. Nos últimos 10 anos o crescimento foi de 4,75%, e nos últimos 5 anos de 3,81%.

Tabela 1 – Fontes de crescimento da agricultura brasileira. Taxas de crescimento dos índices parciais de produtividade: trabalho, terra e capital – Brasil (1975 a 2010)

Especificações	Taxas médias anuais de crescimento			
	1975-2010	1991-2010	2001-2010	2006-2010
Crescimento do Produto	3,74	4,65	4,75	3,81
Insumos	0,12	0,05	-0,53	-0,89
Fontes de crescimento				
Trabalho	-0,24	-0,43	-0,5	-1
Terra	0,01	-0,07	-0,29	-0,12
Capital(1)	0,35	0,56	0,26	0,22
Produtividade Total dos Fatores (PTF)	3,62	4,6	5,31	4,75

Fonte: Gasques, et al., 2010.

(1) Capital inclui fertilizantes, defensivos e máquinas.

No período como um todo há crescimento de 0,12% ao ano no uso de insumos. Por outro lado, o crescimento do produto (3,74%) é mais expressivo. E como a taxa de crescimento da PTF (3,62) é obtida pela diferença entre o crescimento do produto (3,74%) e o crescimento do uso de insumos (0,12%), o aumento da PTF é justificado pela melhoria da eficiência produtiva. Esse padrão de crescimento da PTF é bastante diferente daquele caracterizado no início da modernização agrícola, ou seja, as

décadas de 1970 e 1980, nas quais o crescimento da produtividade era motivado pelo aumento no uso de insumos (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2000; GASQUES et al., 2010). Gasques et al. (2010) acrescentam para o debate ao identificar algumas mudanças observadas na composição dos insumos, como fatores de gasto entre os anos de 1970, 1995/1996 e 2006. Sendo assim, na Tabela 2, o que mais chama atenção é o custo do pessoal ocupado, que, em 1970, representava 51,0% do custo total e, em 2006, baixou para 16,1%. Tratores também tiveram grande incremento de participação no custo, passando de 7,0%, em 1970, para 17,8%, em 2006. Energia elétrica, adubos e corretivos e óleo diesel também apresentaram elevações expressivas em seu peso nos custos da produção agropecuária.

Tabela 2 – Participação dos insumos – Brasil (1970, 1995-1996 e 2006)

	1970	%
Pessoal ocupado		51,0
Terra		33,3
Valor dos estoques de tratores		7,0
Adubos e corretivos		3,7
Lenha		1,4
Agrotóxicos		1,3
Gasolina		0,8
Óleo diesel		0,7
Querosene		0,4
Energia elétrica comprada		0,2
Gás liq. Petróleo		0,1
Total		100,0
	1995/1996	%
Pessoal ocupado		46,5
Terra		23,0
Valor dos estoques de tratores		17,1
Adubos e corretivos		6,0
Agrotóxicos		3,0
Óleo diesel		2,4
Energia elétrica		1,4
Lenha		0,4
Gasolina		0,3
Álcool		0,1
Bagaço		0,0
Total		100,0
	2006	%
Terra		30,7
Valor dos estoques de tratores		17,8
Adubos e corretivos		16,3
Pessoal ocupado		16,1
Agrotóxicos		9,9
Energia elétrica comprada		4,6
Óleo diesel		3,3
Lenha		0,7
Gasolina		0,6
Álcool		0,1
Bagaço		0,0
Total		100,0

Fonte: Gasques et al., 2010.

A Tabela 2 é bastante elucidativa no que diz respeito à evolução do perfil dos principais custos de manutenção em que se apoia a agropecuária brasileira. No auge do processo de modernização (década de 70), os gastos com mão de obra representavam mais de 50% do valor total dos custos, demonstrando que o progresso tecnológico ainda buscava se enraizar no meio rural brasileiro, tornando ainda indispensável a força de trabalho manual. Acrescido o gasto com terras na década de 70, os gastos com estes insumos alcançavam 84,3% do total. A concentração dos gastos com insumos permanece em meados dos anos 90, porém com uma relativa desconcentração, visto que os valores correspondentes ao estoque de tratores, gastos com adubos e corretivos e agrotóxicos passam a figurar como centrais na manutenção dos estabelecimentos agropecuários, que até a década de 1970 tinham impacto bem menor. Isso demonstra o sucesso na incorporação do progresso tecnológico e que o pacto tecnológico, antes restrito à incorporação de máquinas e equipamentos, passa a abranger também a indústria química.

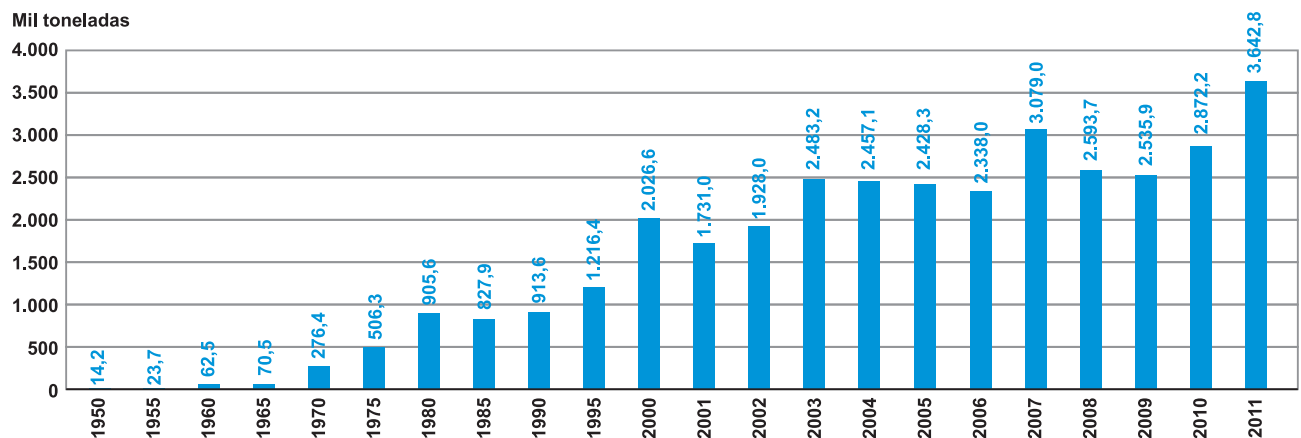
A desconcentração dos gastos é ainda maior em 2006, quando os gastos com energia elétrica e óleo diesel passam a figurar como importantes na manutenção dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, cabe destacar duas mudanças importantes em relação aos períodos anteriores. A primeira é a de que os gastos com mão de obra passam a figurar em quarto lugar no ranking, sendo que nos períodos anteriores figuravam em primeiro lugar. A segunda mudança importante é a de que as despesas com adubos e corretivos, que até então tinham participação relativamente pequena, agora repre-

sentam mais de 16% do custo total. Além disso, é importante registrar que os defensivos agrícolas, que até meados da década de 90 representavam 3,0% do total de dispêndios, agora representam 10,0%. Em síntese, pode-se afirmar que houve uma ampliação do leque de insumos adquiridos nos mercados e que passaram a ser essenciais na manutenção dos estabelecimentos agropecuários.

No que diz respeito à queda dos preços agrícolas, Barros (2010) informa que houve queda real – cerca de 75% – nas cotações em dólar dos preços mundiais dos alimentos no período de 35 anos (1975 a 2009), fato que se repete no Brasil para produtores e consumidores. Uma reversão de tendência se deu em 2007-2008, por conta da crise das *commodities*. No cenário externo, três fatores parecem compor o quadro que levou a tão expressiva queda de preços: i) a concentração mundial das empresas que operam a jusante e a montante da agropecuária (verticalização da cadeia); ii) o amplo protecionismo dos países mais ricos à sua agropecuária e iii) o aumento da produtividade agrícola (BARROS, 2010). Por outro lado, o que se observa em relação ao uso de fertilizantes é aumento contínuo ao longo do tempo.

A Figura 1 discrimina a evolução no consumo de fertilizantes, especificamente Nitrogênio (N) como sendo um dos indicadores do processo de modernização ocorrido na agricultura nos últimos anos. Na concepção de Contini et al. (2010) o aumento no uso de fertilizantes na agropecuária brasileira está relacionado à recuperação da fertilidade dos solos, e, em áreas com pouco uso produtivo, como o Cerrado, e para a correção dos solos.

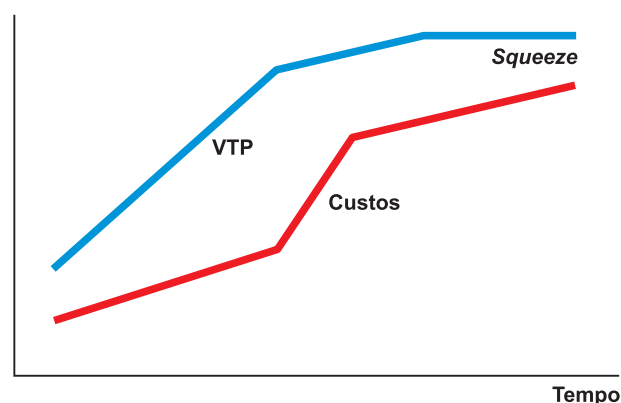
Figura 1 – Evolução do consumo aparente de fertilizantes (Nitrogênio) - Brasil (de 1950 a 2011, em mil toneladas)



Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), 2012.

A queda nos preços das *commodities* e o aumento da participação das despesas nos custos de produção para os agricultores caracteriza o que Ploeg (2006) chamou de duplo *squeeze* da agricultura. Conforme a Figura 2 apresenta, o primeiro *squeeze* é caracterizado pela pressão de grupos agroindustriais do agronegócio que forçam para baixo os preços pagos pelos produtos aos agricultores, e o segundo *squeeze* é marcado pelo aumento dos custos de produção.

Figura 2 – O squeeze da agricultura



Fonte: adaptado de Ploeg et al., 2000.

Neste entendimento, Ploeg (2006) alerta que “as relações na agricultura estão em crise”. Na visão do autor, essa “crise” se deve às pressões externas exercidas sobre os agricultores: de um lado, o aumento dos custos produtivos, do outro, a estagnação ou mesmo queda dos preços de venda. O resultado disso é que há um crescente aumento da dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, o que se configura como um agravante na situação dos agricultores familiares, já que nesse caso os custos com a produção impactam sobre um resultado econômico de escala produtiva limitada e, dessa forma, a intensidade desse impacto em relação ao lucro auferido é ainda mais preocupante.

Como reflexo dessa situação em que os pequenos produtores são os mais afetados pelo *squeeze* da agricultura, a produção agrícola está cada vez mais concentrada com grandes empresas do agronegócio, tendo em vista a necessidade de aumento da escala produtiva e a demanda pelo uso de modernas tecnologias. No entanto, o agricultor que adota a última palavra em tecnologia não está participando de um mercado sustentável por si só. Isso ocorre porque, como resultado da implantação de novas tecnologias, esse agricultor percebe a redução dos custos de produção unitária, já que ele consegue obter melhor produtividade com o aumento do *output* da produção e, assim, obtém lucros. Outros produtores, entretanto, também irão adotar no-

vas tecnologias e, assim, conseguirão melhorar a produtividade. Mais produtos no mercado forçarão a queda dos preços das *commodities*. A ideia é a de que o sistema de pesquisa agropecuário e a indústria de insumos produzem inovações tecnológicas mais produtivas e redutoras de custos de produção que, quando difundidas, acabam se refletindo em menores preços dos produtos. Pressões desse tipo dão origem ao que é conhecido como *treadmill* (ARAÚJO; SCHUH, 1975; VEIGA, 1994).

Para Owen (1966), a pressão do mercado competitivo força a produção crescente dos alimentos a custos progressivamente mais baixos. Isto significa que, nestas circunstâncias, os beneficiários do progresso tecnológico na agricultura são automaticamente transferidos para os intermediários da produção, e os consumidores assim que o impacto cumulativo das inovações tecnológicas aumente a oferta global de produtos primários, o que produz queda nos preços médios. Esta tendência geral é muitas vezes atribuída à própria dinâmica do setor, ao passo que os produtores de mercadorias compram insumos em mercados oligopolizados (poucas firmas produzem os insumos e por isso podem interferir no preço dos insumos aos produtores) e vendem suas produções em mercados concorrenciais (muitos produtores produzindo e, por isso, não podem influenciar o preço de venda).

Este processo, por sua vez, mitiga rapidamente os lucros dos agricultores, que constituem a vanguarda no processo de mudança tecnológica, necessário para a continuidade das atividades no campo, trazendo precárias condições de desenvolvimento rural às famílias rurais e fazendo com que o campo seja um exportador de renda para outros setores da economia (PLOEG, 2006). Neste cenário, em que os custos de produção constituem importantes fatores do processo produtivo, incorpora-se a compreensão sobre a interferência dos produtos de consumo intermediário, grandes vilões dos custos de produção, sobre o resultado econômico dos estabelecimentos agropecuários e a racionalidade econômica que os agricultores familiares e não familiares utilizam nesse processo.

4 O consumo intermediário e a racionalidade econômica dos agricultores

O consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo produtivo (exceto a força de trabalho). Estão incluídas as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens, além de outros produtos que possam ser considerados insumos ou matérias-primas

(KAGEYAMA, 1990). O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre os custos de produção foi consequência da modernização do campo. Essa constatação é preocupante, à medida que a proporção de consumo intermediário sobre o Valor da Produção (VP) ou Valor Bruto da Produção (VBP) revela o grau de dependência que os agricultores têm com agentes externos para a aquisição dos fatores de produção (KAGEYAMA, 1990; PERONDI, 2007; NIEDERLE, 2007).

Como se pode observar na Tabela 3, o consumo intermediário sobre o valor de produção, que em 1939 representava 10%, ao final da década de 60 assume a proporção de 25%, e nos anos 80 chega a quase 40%. Nota-se que a intensificação desse crescimento ocorre na década de 60, quando há a industrialização da agricultura. O Estado desempenhou um papel importante nesse processo: estimulou o crédito rural e a expansão das indústrias por meio de vários incentivos (KAGEYAMA, 1990).

Tabela 3 – Proporção de consumo intermediário sobre o valor de produção (em %) na agricultura – Brasil (1939 – 1980)

Ano	Consumo Intermediário/VBP (%)	Taxa de variação (% ao ano)
1939	10,0	-
1949	11,1	1,0
1954	13,2	3,5
1959	14,3	1,6
1965	21,5	7,0
1968	25,1	5,3
1970	27,6	4,9
1975	34,4	4,5
1980	38,7	2,4

Fonte: Kageyama, 1990.

Marques et al. (1987) identificaram a forte presença dos insumos industrializados na produção agrícola paulista: 77% dos produtos de consumo intermediário eram industrializados, contra 23% de origem agrícola. Essas investigações corroboram com as pesquisas de Ribeiro e Gheventer (1983), que também demonstram um crescimento percentual no uso de produtos de consumo intermediário de origem industrial, sendo esse mais acelerado do que os de origem agrícola, indicando maior grau de dependência dos agricultores aos mercados.

As despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de despesas realizadas pelas unidades produtivas, contra 32% das despesas com investimentos e manutenção e 24% das despesas com remuneração do trabalho. Entre as despesas de produtos de consumo intermediário

que exerceram maior representatividade sobre o total de gastos estão: adubos (15%), combustíveis e lubrificantes (9%) e os defensivos (6%) (MARQUES et al., 1987).

Ribeiro e Gheventer (1983) acrescentam ao debate à medida que trazem dados sobre a interferência do CI/VP, comparando Brasil, regiões e Estados. Em quase uma década, enquanto a proporção do CI/VP decresceu no Nordeste (de 25,96% para 22,97%), na Região Sul essa proporção aumentou (de 30,05% para 36,14%). Ao analisar a agricultura regional brasileira, Hoffmann et al. (1985) observam que, embora essas características entre a agricultura da Região Nordeste e a Sul já fossem marcantes devido à própria evolução histórica, essas peculiaridades foram acentuadas por conta das políticas de desenvolvimento produtivistas que foram desiguais para essas regiões, desfavorecendo a agricultura da Região Nordeste e fornecendo subsídios para a agricultura na Região Sul.

Além das peculiaridades pertinentes aos espaços geográficos que demonstram as diferenciações no uso dos produtos de consumo intermediário, alguns autores (PAYÉS, 1997; CANZIANI, 2001; GUANZIROLI et al., 2001; LIMA, 2005; SOUZA FILHO; BATALHA, 2005) admitem que o pequeno produtor rural, seja ele classificado na agricultura familiar ou mesmo sendo apenas um pequeno agricultor, possui racionalidade econômica diferenciada no que tange ao comparativo com os agricultores que produzem em larga escala produtiva. Essa racionalidade econômica diferenciada com que os pequenos produtores rurais administram e executam as atividades da unidade produtiva constitui um dos principais aspectos que impactam no resultado econômico das unidades de produção agropecuária.

Os agricultores familiares costumam adotar sistemas intensivos e diversificados de produção, à medida que optam por modais que visam maximizar o resultado físico e econômico por unidade de superfície, através de um dispêndio importante de trabalho e/ou capital fixo e circulante proporcionalmente à superfície. Para Guanziroli (2000), apenas 11,5% dos estabelecimentos familiares no Brasil apresentam uma produção *muito especializada*, em que um único produto atinge 100% do valor bruto de sua produção. A adoção de sistemas diversificados de produção permite obter um valor agregado e uma renda mais elevada por hectare do que os sistemas extensivos, ao contrário dos sistemas intensivos que serão rentáveis apenas em superfícies maiores, além da área mínima para reproduzir uma unidade de trabalho também ser maior nos sistemas extensivos (LIMA, 2005).

5 Dados e procedimentos metodológicos

Utilizando-se da base de dados do Censo Agropecuário 2006, a pesquisa procura evidenciar os aspectos mais relevantes sobre a agricultura familiar, classificada pela Lei nº 11.326, e a agricultura não familiar, no Brasil e nas regiões Nordeste e Sul do País, e tem como objeto central de estudo avaliar especialmente o impacto do consumo intermediário na agricultura familiar e não familiar. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo segue a linha proposta por Lima (2005). O Censo Agropecuário foi utilizado em larga escala, sendo a fonte de dados principal dos trabalhos realizados. Foram respeitados todos os critérios técnicos utilizados pelo Censo Agropecuário, inclusive enquanto definições de estabelecimento familiar e não familiar, níveis de agregação dos dados, bem como a definição de estabelecimento agropecuário, tal como definido pelo IBGE. A organização e devida tabulação dos dados foi efetuada através de planilhas do Microsoft Office Excel, com o objetivo de facilitar a visualização e análise das variáveis selecionadas.

Enquanto a análise dos Valores de Produção na agropecuária compreende a representatividade dos grupos de atividade econômica e suas médias de Valor Bruto de Produção por regiões, as despesas, de acordo com a disponibilidade de dados do Censo, puderam ser dimensionadas em quatro tipos diferentes: a) *consumo intermediário*: adubos, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias e embalagens, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal e rações (industrializados ou não industrializados), serviços de empreitada, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquina, energia elétrica, combustíveis. As demais despesas consideradas, excluídas as inscritas no consumo intermediário, foram: b) arrendamento, salário pagos a membros da família e a empregados permanentes; c) armazenamento, transporte, impostos e juros; e d) outras despesas. Em seu conjunto, os gastos com consumo intermediário e as demais despesas compuseram o total de gastos dos estabelecimentos agropecuários considerados neste trabalho.

A unidade de investigação é o estabelecimento agropecuário, tal como definido pelo IBGE. Todas as variáveis utilizadas foram agregadas de tal forma que permitissem comparar a agricultura familiar e não familiar nos seguintes níveis: Brasil, Regiões Sul e Nordeste. Estes níveis de agregação seguiram critérios bastante objetivos, nos quais se destacam a abrangência nacional e a comparação entre duas grandes regiões, entre as quais a literatura consagra significativas diferenças quanto à

dinâmica da agricultura. Não bastassem os critérios objetivos, cabe destacar o próprio papel do IPEA no planejamento Nacional e nas grandes Regiões, o que por si só denota papel de destaque deste reconhecido Instituto no reconhecimento das dinâmicas nacionais e regionais de desenvolvimento, o que inclui o desenvolvimento rural.

Conceitualmente há duas formas de indicar a mensuração dos custos: através dos custos explícitos e dos custos implícitos. Os *custos explícitos*, cujos valores podem ser mensurados de forma direta, são determinados de acordo com os preços praticados pelo mercado, admitindo-se que os mesmos representam seus verdadeiros custos de oportunidade social. Situam-se nesta categoria os componentes de custo que são *desembolsados* pelo agricultor no decorrer de sua atividade produtiva, tais como insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos), mão de obra temporária, serviços de máquinas e animais, juros, impostos e outros. Nesta categoria, enquadram-se os componentes do consumo intermediário e os demais custos. Já os *custos implícitos*, são os não diretamente desembolsados no processo de produção, visto que correspondem à remuneração de fatores que já são de propriedade, mas não podem deixar de ser considerados, uma vez que se constituem, de fato, em dispêndios. Sua mensuração se dá de maneira indireta, através da imputação de valores que deverão representar o custo de oportunidade de seu uso. Nesta categoria, enquadram-se os gastos com depreciação de benfeitorias, instalações, máquinas e implementos agrícolas e remuneração do capital fixo e da terra.

Neste sentido, os custos com depreciação, também identificados como custos fixos, não foram considerados, na medida em que o Censo Agropecuário identificou apenas os bens e seus valores em 31/12/2006, não imputando nenhuma depreciação, apenas indicando o valor declarado pelo agricultor. A ausência de dados através do Censo Agropecuário nos impôs esta limitação e somos sabedores que isso resulta em uma subestimação dos custos. Gasques et al. (2010) informam sobre a possibilidade de trabalhar com os valores referentes à depreciação do estoque de tratores através do Censo Agropecuário. Há métodos para estimar a depreciação via Censo Agropecuário, porém a dificuldade em estimar estes valores implicou abandonar esta possibilidade, assumindo o risco que isso significa em termos de análise.

No que diz respeito aos custos com arrendamentos, salários, armazenamento, transporte, entre outros de menor monta, os mesmos não foram enquadrados no conceito de consumo intermediário

pelo fato de representarem insumos incorporados, mas que não se transformam em produtos finais, como ocorre com os insumos conceitualmente tratados como intermediários. Isso implica reconhecer que custos importantes, como salários pagos e arrendamentos, apesar de não se encaixarem enquanto intermediários, impactam significativamente no total dos custos como já destacado nas análises anteriores e ao longo das próximas seções. Apesar de a agricultura brasileira ser cada vez mais intensiva em capital, há um volume importante de recursos destinados ao pagamento de salários, quer dizer, custos com mão de obra. Isso está mais presente na agricultura não familiar, mas também representa impacto na agricultura familiar. Historicamente, os custos de manutenção e custeio dos estabelecimentos sempre foram objeto de interesse de pesquisadores e o aprimoramento em termos de qualidade dos dados impõe que estas ressalvas sejam indicadas.

6 A agricultura a partir do censo agropecuário 2006: alguns dados para Brasil e regiões Sul e Nordeste

Nesta seção do texto, será possível avançar no que diz respeito à apresentação e análise dos dados que informa sobre valor da produção agropecuária, despesas e consumo intermediário. Em seu conjunto estes indicadores contemplam a questão central, que é a de analisar o impacto e as variações regionais dos custos de manutenção e custeio dos estabelecimentos agropecuários em relação ao valor da produção agropecuária. Isso permitirá análise mais apurada acerca dos impactos representados pelos custos de manutenção e custeio nos estabelecimentos agropecuários entre agricultura familiar e não familiar nos níveis de agregação estabelecidos.

6.1 Valor da produção

O Valor da Produção corresponde ao valor obtido do quantitativo entre os valores totais da produção animal, vegetal e do valor agregado da agroindústria. Receitas agrupadas: total da atividade agropecuária. Variável derivada obtida do quantitativo das receitas obtidas com a atividade agropecuária: produtos de origem animal e vegetal.

Quando se considera os valores da produção agropecuária no Brasil para o ano de 2006, contabilizam-se 4,6 milhões de estabelecimentos, sendo que 15% declaram ser de agricultura não familiar e 84% de agricultura familiar. Além disso, evidenciou-se que 91% dos estabelecimentos de agricultura não familiar haviam obtido algum valor de produção naquele ano, enquanto que na agricultura não fami-

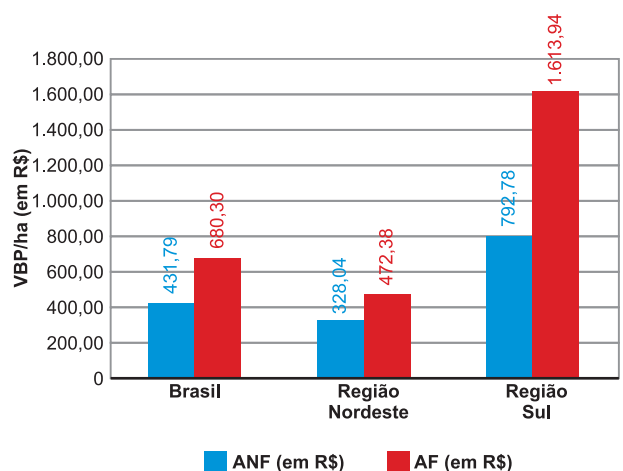
liar esse percentual foi de 89%.

Para os estabelecimentos que obtiveram valor de produção em 2006, o Censo Agropecuário 2006 informa que o valor bruto de produção médio por estabelecimento da produção anual da agricultura familiar no Brasil foi de R\$ 13.963,25/ano, tendo a criação de aves o menor valor médio (R\$ 1.560,65/ano) e a floricultura o maior valor médio (R\$ 17.563,00/ano), enquanto que a agricultura não familiar possui o valor médio de produção de R\$ 148.727,54/ano. A maior parte desse valor estava amparado na floricultura e silvicultura (R\$ 146.904,04/ano e R\$ 147.539,91/ano, respectivamente) e o menor valor médio por estabelecimento ficou com a agroindústria (R\$ 4.001,72/ano).

Conforme lembrado por Hoffmann et al. (1985), as políticas de desenvolvimento produtivista desprivilegiaram a agricultura da Região Nordeste. De acordo com os dados analisados no Nordeste, o valor médio da produção por estabelecimento correspondeu a cerca de metade das médias observadas no Brasil, enquanto que a Região Sul apresentou as melhores médias gerais para essa análise.

Embora o VBP obtido pela ANF seja superior ao da AF, a análise do Gráfico 1 esclarece que a AF consegue obter um VBP/ha mais elevado do que a agricultura patronal. Nesse caso, a AF sulista obteve um VBP de R\$ 1.613,94/ha contra R\$ 792,78/ha da ANF. Já a ANF da Região Nordeste foi a que alcançou o pior desempenho (R\$ 328,04/ha).

Gráfico 1 – Valor bruto da produção por hectare (VBP/ha) – Brasil, regiões Nordeste e Sul



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Os resultados do Gráfico 1 convergem com a literatura que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada dos produtores familiares e não

familiares, a qual expressa que os familiares tendem a aproveitar melhor as áreas de que dispõem, uma vez que esse fator produtivo é limitado, e por isso conseguem obter um VBP superior às médias dos não familiares. Muito embora isso não signifique que os patronais são menos eficientes do que os familiares, alerta para o fato de que os patronais podem estar utilizando proporcionalmente menos áreas do que os familiares.

Porém, não se pode avaliar isoladamente o valor de produção das unidades sem considerar os custos de produção. Assim, considera-se que embutidas nesses custos estão as despesas relacionadas ao consumo intermediário, assunto que será abordado com mais abrangência no item seguinte deste trabalho.

6.2 Despesas e consumo intermediário

Foram investigadas todas as despesas realizadas com manutenção e exploração agropecuária do estabelecimento, pagas ou não, em dinheiro ou em produtos; as dívidas contraídas pelo estabelecimento; aquelas relacionadas diretamente com a exploração agropecuária, no caso de entidades militares, sociais, de ensino, pesquisas ou experimentação, que desenvolveram atividades agropecuárias; aquelas realizadas com a manutenção de unidades industriais, desde que não possuíssem CNPJ; e os valores de insumos agropecuários (adubos, agrotóxicos, medicamentos etc.), efetivamente utilizados no ano de referência, mesmo que não tivessem sido pagos em 2006. Foram pesquisados os valores gastos pelo estabelecimento agropecuário em 2006, de acordo com a finalidade: arrendamento ou parcerias de terras, armazenamento da produção, compra de matéria-prima para a agroindústria, transporte da produção, sacarias e embalagens, compra de sementes e mudas, compra de sal e rações (industriais ou não), juros e despesas bancárias, impostos e taxas. Não se considerou o Imposto de Renda pessoal do produtor.

Enquanto a análise dos Valores de Produção na agropecuária compreende a representatividade dos grupos de atividade econômicas e suas médias de Valor Bruto de Produção por regiões, as despesas, de acordo com a disponibilidade de dados do Censo, puderam ser dimensionadas em quatro tipos diferentes: a) *consumo intermediário*: adubos, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias e embalagens, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal e rações (industrializados ou não industrializados), serviços de empreitada, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquina, energia elétrica, combustíveis. As demais despesas consideradas, excluídas as

inscritas no consumo intermediário, foram: b) arrendamento, salários pagos a membros da família e a empregados permanentes; c) armazenamento, transporte, impostos e juros; e d) outras despesas. Em seu conjunto, os gastos com consumo intermediário e as demais despesas compuseram o total de gastos dos estabelecimentos agropecuários considerados neste trabalho.

As despesas, mais especificamente aquelas classificadas como de consumo intermediário, constituem o ponto norteador deste trabalho. Nessa compreensão, consideramos como fonte de entendimento para analisar as distinções desse importante fator para os resultados econômicos dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar avaliar a externalização e o grau de integração dos produtores aos mercados econômicos e a influência das despesas sobre o resultado econômico dos estabelecimentos.

De acordo com o que foi destacado por Albuquerque e Nicol (1987) e Ploeg (2010), ao mencionarem que um dos reflexos da modernização do campo foi a externalização de atividades que antes eram executadas pelos agricultores e passaram a ser realizadas por agentes externos, o Quadro 1 sinaliza esse fenômeno na agricultura familiar e na não familiar, na medida em que expressa a participação dos estabelecimentos que realizaram despesas em 2006. Nesse sentido, verifica-se que, embora as despesas com arrendamentos e salários tenham sido realizadas pela maioria dos estabelecimentos de agricultura não familiar do Brasil (75,6%) e regiões Nordeste (65,5%) e Sul (88,9%), o percentual de estabelecimentos em relação àqueles que obtiveram algum valor de produção naquele ano, e que realizaram também outros tipos de despesas, assemelha-se aos dois modais de agricultura.

Na Região Sul, por exemplo, esta demonstração é mais evidente, ao passo que a proporção de estabelecimentos de agricultura familiar que realizaram algum tipo de despesa como a compra de animais (40%), adubos (71%), agrotóxicos (65%) e aluguel de máquinas (1%) foi superior às mesmas despesas realizadas pela agricultura não familiar (39%, 67%, 59% e 0,8%, respectivamente), o que exemplifica o estreito vínculo da agricultura familiar e patronal com os mercados econômicos.

A Região Nordeste, ao contrário da Região Sul e do Brasil, apresentou menor proporção de estabelecimentos em que as atividades foram externalizadas a agentes do mercado, exceto quando se trata das despesas com aquisição de sacarias e embalagens. A proporção de estabelecimentos de

agricultura familiar nessa região só é superior ao da patronal quando se trata do número de estabelecimentos que realizaram despesas com energia elétrica (61,6% ANF e 61,6% ANF), muito embora essa proporção fique abaixo daquelas registradas para o Brasil (76,1% ANF e 69% AF) e para a Região Sul (88,1% ANF e 86,8% AF).

Quadro 1 – Grupos de despesas realizadas - Brasil, regiões Nordeste e Sul.

Brasil e regiões	Tipo de despesa	% da desp. da ANF s/ o total	% da desp. da AF s/ o total
Brasil	Arrendamentos e Salários	25,2%	11,2%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	5,5%	4,5%
	Outras despesas	3,7%	6,3%
	Consumo intermediário	65,6%	78,0%
	Total	100,0%	100,0%
Nordeste	Arrendamentos e Salários	25,8%	15,0%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	6,0%	2,9%
	Outras despesas	3,7%	9,5%
	Consumo intermediário	64,5%	72,7%
	Total	100,0%	100%
Sul	Arrendamentos e salários	22,8%	7,6%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	5,4%	5,6%
	Outras despesas	3,6%	6,0%
	Consumo intermediário	68,3%	80,9%
	Total	100,0%	100%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O Quadro 2 ainda desperta a atenção pelo alto percentual de estabelecimentos que realizaram despesas com produtos de consumo intermediário. Essa análise pode ser mais bem dimensionada através da observação da Tabela 4, na qual se observam os percentuais de participação dos grupos de despesas em relação ao total das despesas realizadas.

Quadro 2 – Utilização de agrotóxicos e adubos pelos agricultores – Brasil, regiões Nordeste e Sul

Escala de análise	Uso de agrotóxicos		Uso de adubação	
	Utilizou	Não utilizou	Utilizou	Não utilizou
Brasil	27,8%	72,2%	35,5%	64,5%
Região Nordeste	19,2%	80,8%	19,7%	80,3%
Região Sul	61,7%	38,3%	72,4%	27,6%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Tendo em vista que o impacto das despesas com arrendamentos e salários é mais intenso na ANF do que na AF, observa-se que por esse mo-

tivo o consumo intermediário, quando relacionado ao total das despesas, é mais expressivo na AF do que na ANF.

Tabela 4 - Participação dos grupos de despesas em relação ao total das despesas realizadas

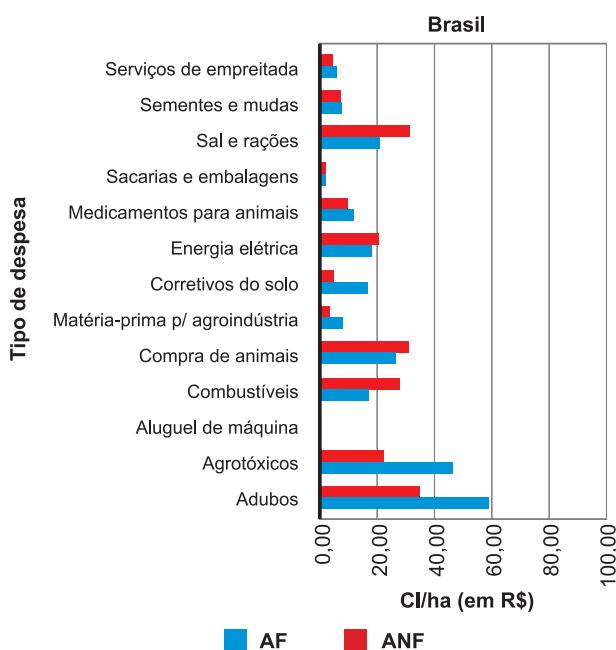
Brasil e regiões	Tipo de despesa	Cl/ha da ANF (em R\$)	Cl/ha da AF (em R\$)
Brasil	Serviços de empreitada	5,21	4,12
	Azubos	58,80	34,60
	Corretivos do solo	16,31	4,24
	Sementes e mudas	7,57	7,03
	Sacarias e embalagens	1,49	1,63
	Compra de animais	26,41	31,02
	Agrotóxicos	45,93	21,79
	Medicamentos para animais	11,06	9,60
	Sal e rações	20,67	31,08
	Compra de matéria-prima para agroindústria	7,77	2,85
	Aluguel de máquina	0,31	0,40
	Energia elétrica	18,21	20,05
	Combustíveis	16,73	27,66
	Média Cl/ha	236,48	196,08
Nordeste	Serviços de empreitada	4,10	1,99
	Azubos	44,91	8,47
	Corretivos do solo	10,14	0,77
	Sementes e mudas	7,38	1,01
	Sacarias e embalagens	2,31	0,96
	Compra de animais	17,40	18,68
	Agrotóxicos	51,55	2,67
	Medicamentos para animais	3,85	3,61
	Sal e rações	10,28	10,91
	Compra de matéria-prima para agroindústria	3,75	0,54
	Aluguel de máquina	0,39	0,40
	Energia elétrica	22,53	11,86
	Combustíveis	9,53	16,47
	Média Cl/ha	188,11	78,34
Sul	Serviços de empreitada	6,24	7,03
	Azubos	95,09	123,00
	Corretivos do solo	54,89	11,11
	Sementes e mudas	18,02	27,62
	Sacarias e embalagens	1,56	1,65
	Compra de animais	42,68	86,64
	Agrotóxicos	75,79	68,45
	Medicamentos para animais	12,84	18,93
	Sal e rações	40,57	96,78
	Compra de matéria-prima para agroindústria	6,71	4,05
	Aluguel de máquina	0,37	0,66
	Energia elétrica	18,30	44,33
	Combustíveis	36,98	70,03
	Média Cl/ha	410,05	560,27

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Enquanto Marques et al. (1987) demonstraram para o caso do Brasil que as despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de

despesas realizadas pelas unidades produtivas, percentuais bem superiores tanto para agricultura familiar como não familiar, podem ser notados através do Quadro 2. A Região Sul apresentou os mais elevados índices de participação do consumo intermediário sobre o total de despesas realizadas nas unidades produtivas. A agricultura familiar foi que mais fez uso dos produtos dessa categoria, contabilizando 80,9% do total do valor das despesas, o que representou cerca de R\$ 7,3 bilhões. Quase a metade de todo o valor despendido com a aquisição de produtos de consumo intermediário no País foi realizada por estabelecimentos localizados na Região Sul. Enquanto isso, o consumo intermediário na agricultura familiar do Nordeste foi de 72,7%, ou seja, R\$ 2,2 bilhões foram despendidos para a aquisição desses produtos nessa Região, número que participa em menos de 15% sobre todo o valor aplicado na aquisição de consumo intermediário no Brasil.

Figura 3 – Consumo intermediário por hectare (CI/ha em R\$) – Brasil

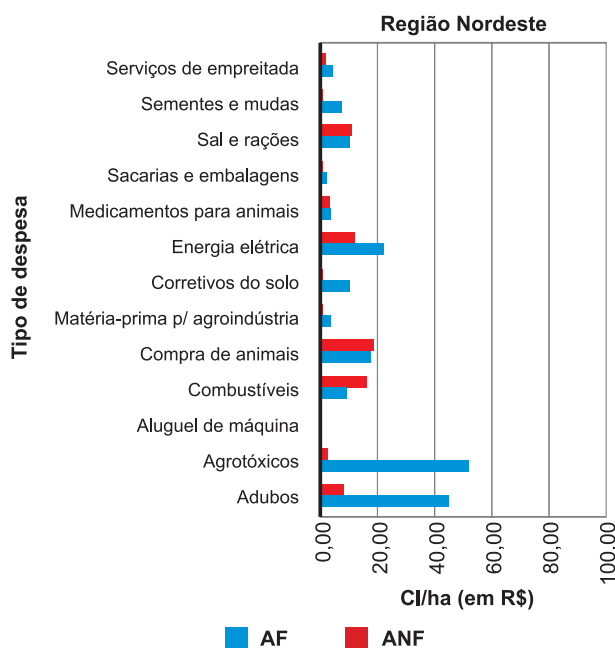


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

A observação das Figuras 3, 4 e 5 esclarece o entendimento do estudo em questão, ao destacar que a agricultura não familiar no Brasil gastou mais por unidade de área em produtos de consumo intermediário, como os corretivos do solo (R\$ 16,31), compra de matéria-prima para agroindústria (R\$ 7,77) e agrotóxicos (R\$ 45,93). No entanto, em produtos como os combustíveis (R\$ 27,66), sal e rações (R\$ 31,08), a agricultura familiar liderou os gastos de CI/ha. Em 2006, os estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar do Nor-

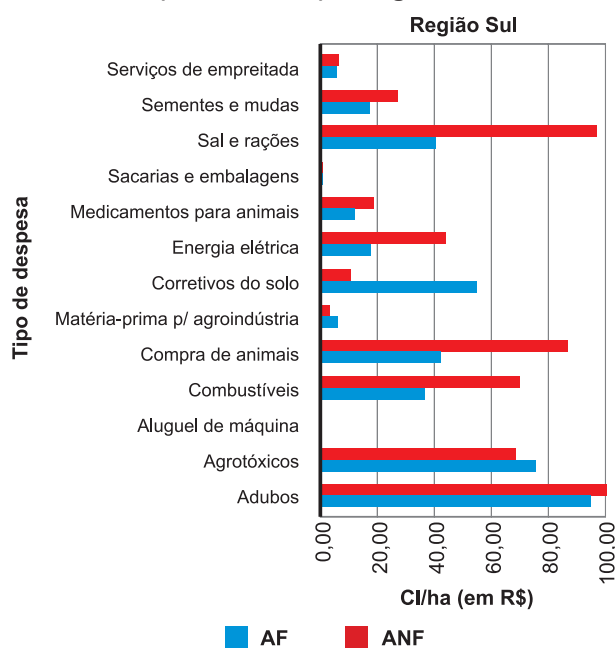
deste gastaram mais recursos em CI/ha do que os familiares em despesas como os agrotóxicos (R\$ 51,55), corretivos do solo (R\$ 10,14), sementes e mudas (R\$ 7,38). Por outro lado, as unidades familiares gastaram mais em combustíveis (R\$ 16,47) e sal e rações (R\$ 10,91) do que os patronais.

Figura 4 – Consumo intermediário por hectare (CI/ha em R\$) – Região Nordeste



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Figura 5 – Consumo intermediário por hectare (CI/ha em R\$) – Região Sul

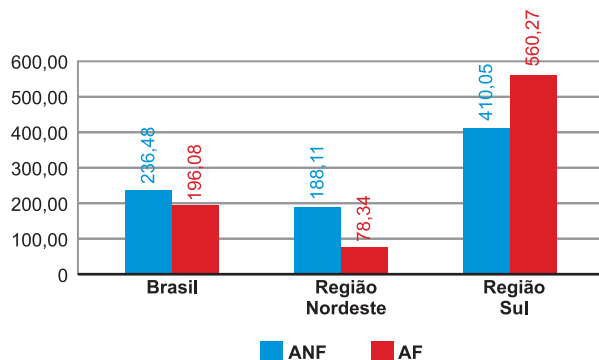


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O Sul despontou como sendo a região em que os agricultores familiares mais realizaram despesas de consumo intermediário por hectare em relação aos patronais e desse resultado destacam-se as médias de R\$ 123,00/ha com adubos e R\$ 96,78/ha com a compra de sal e rações, médias bem superiores que as do Brasil (R\$34,60/ha adubos e R\$ 21,79/ha agrotóxicos) e do Nordeste (R\$ 8,47/ha adubos e R\$ 2,67/ha agrotóxicos) para essa categoria. Além disso, poucas foram as despesas em que a agricultura familiar sulista gastou menos em CI/ha do que a patronal. As despesas realizadas com energia elétrica e sal e rações, por exemplo, superaram as da patronal em 142% e 138%, respectivamente.

O Gráfico 2 permite observar o fenômeno descrito acima de maneira agregada, informando sobre os valores absolutos dos custos definidos como consumo intermediário. É nítida a diferença encontrada na região Sul entre agricultura familiar e não familiar e desta Região em relação ao Brasil e especialmente em relação à Região Nordeste. Não obstante, estas distinções se afirmaram mais por conta da intensidade ou graus de dependência dos agricultores em relação a determinados mercados de produtos e serviços agropecuários, e menos em função do perfil dos gastos, conforme informa a Figura 3.

Gráfico 2 – Consumo intermediário médio por hectare (CI/ha) - Brasil, Regiões Nordeste e Sul



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Neste sentido, há uma questão importante que influencia tanto os diferentes resultados obtidos com os custos de produção (CI) para as duas regiões em análise, como também o VBP, e que deve, no mínimo, ser mencionada. Porém, não será desenvolvida justamente por não ser o foco deste trabalho, mas sendo omitida deixa um vácuo analítico: são os processos de inserção produtiva diferenciados dos diversos modelos de agricultura, nas

regiões do País. As práticas de integração agroindustrial, muito representativas na Região Sul, não possuem a mesma representatividade na Região Nordeste. Enquanto nesta Região pouco mais de 0,5% dos estabelecimentos são integrados ao sistema agroindustrial, na Região Sul este percentual é superior a 15%. A produção de *commodities*, comum na Região Sul, especialmente representada pela soja e pelo trigo, praticamente inexistente no Nordeste. Enquanto na Região Sul 20% dos estabelecimentos produziram soja em 2006, na Região Nordeste este percentual foi inferior a 0,5% do total de estabelecimentos. Exigente em escala de produção e insumos industriais, a produção de *commodities* possui impacto significativo nos custos de produção e manutenção dos estabelecimentos, sejam familiares ou não familiares, implicando uma necessária especialização dos sistemas de cultivo e criação.

No âmbito deste debate, Sonnino, Kanemasu e Marsden (2006, p. 3) afirmam que:

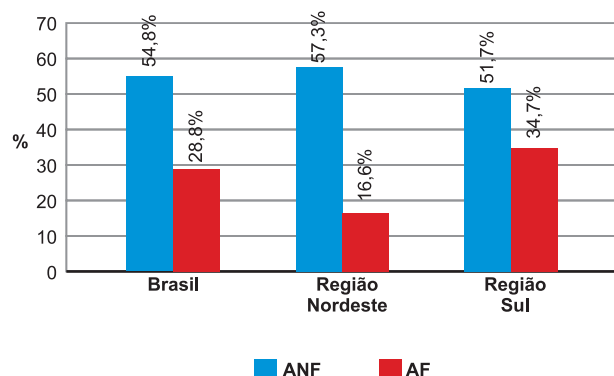
The emerging paradigm is especially to the future of rural areas for three main reasons. First, rural development is a response to the squeeze on European agriculture. As Van der Ploeg et al (2000:395/2002:9-10) note, it is through sustainable rural development that new sources of income are currently mobilized to augment the otherwise stagnating agrarian income. Rural development practices have also facilitated the elaboration and implementation of new, innovative methods to combat increasing costs. In short, sustainable rural development reconstitutes the eroded economic base of both the rural economy and the farm enterprise.

Há, neste sentido, gama ampla de exemplos possíveis que podem representar processos crescentes de inserção e subordinação ao modelo agrícola predominante no Brasil, altamente exigente em escala. O incremento dos custos de produção é apenas uma das facetas deste processo, mas amplia-se para outras dimensões da vida social e econômica dos agricultores, tais como ininterrupta inovação tecnológica, redução da força de trabalho utilizada e total distanciamento em relação às instâncias reguladoras dos preços, quer dizer, os agricultores são cada vez mais agentes tomadores de preços. O Quadro 2 demonstra essa dependência na medida em que revela que a Região Sul, em oposição ao caso brasileiro e ao nordestino, foi a região em que os agricultores mais fizeram uso de agrotóxicos e adubações.

Embora estas evidências discriminem que uma grande parcela de agricultores familiares e não familiares participem dos mercados de produtos de consumo intermediários e que alguns tipos de despesas com essa modalidade de produtos foram realizadas com mais intensidade pela AF do que pela

ANF, tendo na Região Sul um exemplo mais claro disso, contribui para a análise a observação do Gráfico 3, que considera a participação percentual que o consumo intermediário exerce sobre o valor bruto de produção.

Gráfico 3 - Participação percentual (%) do consumo Intermediário sobre o valor bruto de produção (CI/VBP)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre os custos de produção foi uma consequência da modernização do campo. Nos anos 80, essa participação (CI/VBP) foi de 38,7% (KAGEYAMA, 1990). A constatação no aumento dessa participação é preocupante, especialmente no caso da agricultura não familiar. Nesse caso, vemos que no Brasil, enquanto o CI/VBP representou 55% para a agricultura não familiar, esse percentual cai para 28% na agricultura familiar. O CI/VBP é mais marcante na agricultura não familiar da Região Nordeste (57%) e, por outro lado, a agricultura familiar dessa Região é a menos influenciada com o CI/VBP (17%). Para a situação da agricultura familiar da Região Sul, nota-se que a influência do CI/VBP é praticamente o dobro (34%) da observada na Região Nordeste. Conforme demonstrado, a AF consegue obter um valor bruto de produção/ha superior ao da ANF. O resultado é que, pelo fato de a AF conseguir um VBP mais elevado do que a ANF, essa última será mais impactada pelas despesas de consumo intermediário do que a AF.

Antes de adentrar as conclusões, é importante registrar que este trabalho se inscreve no esforço de um grupo de pesquisadores em qualificar a discussão sobre o rural e o agrícola brasileiros. Sabedores das limitações que as escolhas metodológicas nos impuseram, como trabalhar com agregados nacionais e grandes regiões, destaca-se que os dados e informações que compõem este trabalho devem servir como motivação para estudos mais aprofundados, a fim de estabelecer vinculações empíricas,

analíticas e de planejamento e ações públicas mais consistentes e propositivas a partir de determinadas realidades agrícolas, agrárias e rurais, sabidamente heterogêneas e multifacetadas.

7 Conclusões

O propósito deste texto foi avaliar os efeitos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar nas regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. Dessa forma, buscou-se o alinhamento com a perspectiva de reconhecer a grande diversidade e a dinâmica agropecuária existentes no rural brasileiro. Para tanto, objetivou-se caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que sinalizassem a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa.

Os resultados sugerem discrepâncias de desenvolvimento entre a agricultura nordestina e a sulista. Esse fato se comprova pelo baixo VBP obtido pelos agricultores da Região Nordeste, em oposição aos produtores da Região Sul. Embora as regiões Nordeste e Sul apresentem discrepâncias de desenvolvimento rural e características de cultivo agrícola, bem como aspectos climáticos distintos entre si, observou-se que, tanto na Região Nordeste como na Sul, a agricultura familiar foi responsável por quase metade do Valor Bruto de Produção de cada uma dessas regiões, o que comprova a importância dessa categoria de trabalhadores para a economia e o desenvolvimento rural do País. Esses resultados confirmam que, pelo fato dos produtores familiares possuírem extensões de áreas mais limitadas do que os patronais, eles tendem a aproveitar mais as terras, obtendo um valor bruto de produção por hectare mais elevado do que os agricultores não familiares.

Outra constatação advém da observação de Conterato (2008), ao demonstrar o estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados. Nesse sentido, percebeu-se uma forte externalização de atividades agropecuárias. Essa constatação é observada especialmente para o caso da Região Sul, no qual uma significativa parcela de agricultores realizou algum tipo de despesa em 2006.

Além da análise comparativa entre os recortes geográficos, os dados do Censo Agropecuário (2006) permitiram a comparação de resultados entre os dois modais de agricultores. Nessa vertente, observou-se uma notável e expressiva diferença entre os impactos efetivos que o consumo intermediário

exerceu para essas categorias no ano em estudo. A participação do CI/VBP aparentou ser mais intensa para agricultura não familiar, tanto no caso do Brasil como para as regiões Nordeste e Sul, resultados que convergem com a literatura tradicional, que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada de agricultores familiares e não familiares.

Diante das constatações deste trabalho, vale ainda lembrar que a estrutura verticalizada do funcionamento das cadeias produtivas no setor agropecuário é marcada por complexas relações de hierarquia e poder. Assim, o tipo de participação no mercado que cada “modelo” de agricultura em cada região do País consegue obter é bastante distinto, o que acaba por definir níveis distintos de autonomia e dependência. Isso pode ocorrer no interior de uma mesma categoria, seja familiar ou não familiar. Cumpre destacar, também, que o atual modelo produtivista de integração aos mercados, ao qual uma significativa parcela de agricultores está vinculada, especialmente na Região Sul, onde se tem um estreitamento maior dos agricultores aos sistemas agroindustriais, não está sendo um modelo sustentável de desenvolvimento, pois se notou que os agricultores dessa Região também tiveram maiores custos com a produção do que a média nacional e a nordestina.

Neste cenário, as instituições públicas que regulam o desenvolvimento das sociedades assumem fundamental importância para o processo de sustentabilidade das atividades agropecuárias. Porém, como os resultados dessa pesquisa apontam que os agricultores familiares da Região Sul gastaram proporcionalmente mais recursos financeiros em produtos de consumo intermediário, isso leva a crer que a principal política institucional para a concessão de crédito ao desenvolvimento dessa categoria, o Pronaf, não está orientada para apoiar a reconversão da dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário, os quais estão cada vez mais evoluindo para formas mais especializadas de integração.

Instituições de pesquisas e extensão agrícolas, bem como as políticas de crédito, assumem, portanto, uma posição estratégica em qualquer iniciativa rumo à reconversão desta situação de dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário. Eficientes práticas gerenciais devem, também, ser um pré-requisito e a demanda pela capacitação não pode ser rejeitada.

Assim, é evidente que existe a necessidade de se ampliar os estudos nesta importante questão de pesquisa, buscando novos elementos (tais como os tipos de culturas em que se evidenciam maior

intensidade na utilização de consumo intermediário, por exemplo) que possam clarificar os motivos que fazem com que agricultores patronais e familiares, assim como nas regiões analisadas, tenham graus de integração com os mercados diferenciados no que tange ao aspecto produtivo de suas unidades agropecuárias. Uma possibilidade para se avançar em relação a isso é aprofundar as análises econômicas, determinando indicadores importantes que possam avaliar o êxodo rural ou, ainda, avaliar o custo de oportunidade dos agricultores em permanecer no campo. Nesse caso, o estudo da renda agrícola se configuraria em um fator determinante.

Ademais, é sabido que dentro de uma mesma agricultura familiar – Lei 11.326 - existe uma gama de tipificações de agricultores familiares, e isso implica resultados econômicos igualmente diferenciados. Contudo, embora as limitações de dados não tenham permitido avanços para se determinar indicadores mais refinados ou que caracterizassem com mais riqueza de detalhes a situação econômico-financeira dos estabelecimentos, acredita-se que esta pesquisa contribuiu para o avanço de pesquisas no que concerne ao estudo dos impactos do consumo intermediário da agricultura não familiar e familiar.

Agradecimentos

Convém registrar aqui agradecimento especial a Antonio Carlos Florido, gerente do Censo Agropecuário do IBGE, pela presteza quando solicitado durante a pesquisa. Agradecimento também aos profissionais ligados ao IPEA ao longo de toda pesquisa, em especial quando da realização do Seminário “Projeto Análise dos Dados do Censo Agropecuário 2006”, em dezembro de 2011, momento em que foram apresentados os primeiros resultados deste acordo de cooperação técnica. Igualmente, registrar nossas considerações aos profissionais ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em especial a Mauro Eduardo Del Grossi na tabulação de alguns dados. Não poderíamos deixar de registrar o amplo apoio financeiro do IPEA, especialmente através da concessão de bolsas, mas também através de recursos de custeio. Por fim, dedicar esta pesquisa aos bolsistas que trabalharam arduamente ao longo de mais de 12 meses na tabulação e análise dos dados que compõem este trabalho.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. IPEA/NEAD/MDA, 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Publicado em 1999. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso: 06 jul. 2012.

ABREU, R. **Produtos da agricultura familiar chegam aos supermercados no Paraná**. [s. l.]: Rádio Nacional, 2005. Disponível em: <www.radionacional.br>. Acesso em: 08 de jul. de 2012.

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ARAÚJO, P. F. e SCHUH E. G. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo, Pioneira, 1975.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DO ARDUBO. Disponível: < [http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/\\$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1](http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1)>. Acesso em: out. 2012.

BASTO, C. A et. al. A gravidade da crise alimentar. **Informe Agronegócios**, [s. l.], Ed. 5. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2010.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de.; MARQUES, R. W. da C. **Crescimento agrícola no período 1994/2004: explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. jan. 2005. (Texto para Discussão, 1062).

BUAINAIN, A. M.; VIEIRA, P. A. **Produtividade na agricultura: o fator esquecido**. Cultivar. Pelotas: [s.n], out., 2009. p. 39-43.

CANZIANI, J. R. F. **Assessoria administrativa e produtores rurais no Brasil**. 2001. 224f. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

CASTRO, A. M. G. Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação. **Revista Transformação, Campinas**, v. 13, n. 2, p. 55-72, jul./dez. 2001.

CHAYANOV, A. **La organización de La unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 288f. Tese (Doutorado)— Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade na agricultura contemporânea. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Série Estudos Rurais).

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura brasileira. Os 150 anos do Mapa. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XIX, Ed. Especial, jul. 2010.

DIAS, G. L. A agropecuária brasileira e a crise. Entrevista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, 2009.

_____. ; AMARAL, C. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GASQUES, J., BASTOS, E. , BACCHI, M. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. In: IICA . **Brasil Informe Agronegócios**. Brasília, DF: Editora 6, 2010.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 768).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1998. 211 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 1996. 211p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E. ; CARDIN, S. e de C. S. (Co-ords.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 2000.

- GUIMARAES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.
- HOFFMANN, R. et al. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba, Fealq, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil - Referência 2000**. Nota metodológica nº 6. Conta da Produção das Atividades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/06_conta_producao.pdf. > Acesso em: 10 de abril de 2014.
- ILHA, P. C. S. **A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: O caso do oeste do Paraná**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006.
- KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Brasília, DF: [s. n.], 1990. p. 113-223.
- LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina, PR: IAPAR, 2000.
- LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí. 2005.
- MARQUES, S. A. et al. **Composição de gastos na agricultura paulista 1980/81: relatório de pesquisa 21/87**. São Paulo: IEA, 1987.
- NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de salvador das missões, RS**. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- OWEN, W. F. The Double Developmental Squeeze on Agriculture. **American Economics**, Review. Mar., 1966.
- PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Revista Pesquisa e planejamento**. IPEA, Rio de Janeiro, p. 171-234, dez. 1971.
- PAYES, M. A. M; SILVEIRA, M. A. **A racionalidade econômica do empresário familiar**. Jaguariúna: Embrapa CNPMA, 1997. 21p. (Embrapa-CNPMA. Documentos, 10).
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PLOEG, J. D. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Eds.) **Handbooks of rural studies**. London: Sages, 2006.
- _____. El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.
- _____. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. In: **Revista Agriculturas**, [s. l.], v.7, n.2, 2010.
- _____. **Labor, markets and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.
- _____. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Malden, EUA, v. 40, n. 4 p. 391-408, 2000. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/119038134/PDFSTART>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.
- RIBEIRO, S. W; GHEVENTER, B. Consumo intermediário na agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1 jan./mar., 1983.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN, Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHULTZ, T. W. **Transforming traditional agriculture**. New Haven.: Yale University Press, 1964.
- SONNINO, R.; KANEMASU, Y.; MARSDEN, T. **Sustainability and Rural Development**. Assen: Royal van Gorcum; Unfolding webs, 2006.
- SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 359.
- VEIGA, J. E. da. Fundamentos dos agrorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, 8 abr. 1997.